



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 386, DE 1996**

(Do Sr. Pedrinho Abrão e outros)

Modifica o artigo 228 da Constituição Federal.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91,  
DE 1995)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, excetuados os de idade acima de dezesseis anos no caso de delitos contra a pessoa e o patrimônio e dos definidos em lei como crimes hediondos, observado o que determina o inciso XLVIII do art. 5º.”

Brasília, 11 de 06 de 1996.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Nossa Lei Fundamental consagrou o princípio da responsabilidade penal aos 18 anos, ficando os infratores ou responsáveis por condutas antisociais, com idades inferiores àquela, sujeitos às disposições da legislação especial, hoje consolidados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao optar pela irresponsabilização criminal de jovens até os dezoito anos, o Legislador brasileiro desconheceu a realidade biológica, social e jurídica que marca a ascensão dos adolescentes à pauta dos direitos e das obrigações inerentes à cidadania.

Com efeito, a própria Carta Política autorizou os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos a exercitarem os direitos políticos do alistamento eleitoral e do voto, reconhecendo sua aptidão biopsíquica e intelectual para decidir sobre os destinos do País a partir da escolha dos dirigentes e mandatários públicos, em todos os níveis da Federação.

Independente, porém, da outorga de direitos políticos a nível constitucional, e a despeito da longevidade de nossa Lei Civil, esta já abrigava desde os primórdios o critério da “maioridade relativa” aos dezesseis anos,

admitindo até mesmo a emancipação para aquisição da capacidade plena aos jovens acima dessa idade.

Se tal foi o tratamento conferido à questão da capacidade civil, nos albores do século, a essa altura do progresso científico, cultural e das mutações dos fenômenos sociais no corrente século há a convicção generalizada de que a juventude, nos dias atuais, alcança ampla maturidade física e psicológica, reúne condições intelectuais e de entendimento de sua conduta mesmo em idades inferiores àquela, seja por efeito da evolução da sociedade, da extraordinária influência dos meios de comunicação de massa, da universalização da educação fundamental, e da intensificação das relações sociais na esteira do processo de urbanização e aculturação aceleradas que caracterizam hodiernamente a civilização.

Em meio a essa constatação, realidade que não pode ser infirmada tantos e tão evidentes são os indicadores que a demonstram, afloram aspectos positivos em termos de que, por esse efeito, mais precocemente as crianças e adolescentes se tornam aptos a viver em sociedade, a conquistar seus espaços e participar dos benefícios do desenvolvimento, em todos os campos; paralelamente, contudo, sérios problemas e desafios acompanham esse adiantamento dos jovens para adentrarem às vivências da idade adulta, agravados por conflitos e desigualdades sociais e econômicas.

O fato é que a irresponsabilização penal indiscriminada dos moços e moças, entre os dezesseis e dezoito anos, desconhece dado incontestável sobre a capacidade biopsíquica, psicológica e social de que estes já são dotados para se determinarem e agirem, segundo seu entendimento e juízo de valor sobre o que é certo e errado, tendo consciência do caráter delitivo de certas ações, como as que envolvem violência contra a pessoa ou a coisa, nos crimes que atentam contra a vida, a incolumidade física, o patrimônio, ou ainda sua participação em tráfico de drogas, no cometimento de estupro, na prática de quaisquer dos denominados crimes hediondos, em cujo contexto resultam baldados os objetivos específicos e frustrados os corretivos previstos no Estatuto da Infância e da Adolescência.

Afigura-se, pois, nada mais que ficção legal a situação de irresponsabilidade penal dos menores infratores, a qual, em lugar de lhes conferir tratamento condizente com a idade, como pretendeu, coloca-os de concreto à mercê de delinquentes maiores, passando a integrar quadrilhas ou a participar de crimes cometidos por adultos, que os expõem às ações de maior risco, ou mais suscetíveis de repressão, escudados na impossibilidade de serem inalcançáveis penalmente.

Com isto, a imprensa diária em todo o País noticia a multiplicação das ocorrências delitivas, que vão desde os simples furtos à prática de violência extrema contra pessoas e bens, ao comércio de drogas, nos quais se envolvem adolescentes, revelando na maioria das vezes, a despeito da pouca idade, enorme tendência criminal e predisposição para ações mais audaciosas e desafiadoras da Polícia, da Justiça e da sociedade.

Entendemos, pois, necessário adequar nossa legislação penal, nesse particular e crucial aspecto da capacidade legal dos agentes para a prática de crimes, em face da realidade incontestada de nossos dias, na qual os jovens enveredam pela senda anti-social com plena consciência da ilicitude e das consequências lesivas de seus atos.

Obviamente, em nenhum momento se pretende que ditos infratores, enquanto situados na faixa etária dos 16 aos 18 anos, fiquem sujeitos ao mesmo regime de execução penal, juntamente com os condenados adultos, porquanto se

haverá de observar a norma contida no inciso XLVIII do art. 5º da Constituição Federal, que exige o cumprimento de pena em estabelecimentos distintos.

A presente Proposta consubstancia, por conseguinte, uma resposta à elevação do índice de criminalidade, nos mais diferentes pontos do território nacional, com envolvimento crescente de menores de 18 anos, mormente à participação destes nos crimes organizados e naqueles de maior carga de lesividade individual ou social, circunstâncias que estão a exigir firme tomada de posição, até como autodefesa, por parte da sociedade inteira. Não é possível que a aparente ou real fragilidade física de menores de 18 anos sirva, lamentavelmente, como biombo para ocultar a carga de criminalidade e de violência de que são capazes, muito acima do "homem médio", atemorizando a família e a sociedade, quando se embrenham nos descaminhos da marginalidade, e, por esse efeito, não devem ficar sob a tutela da legislação especial.

Sala das Sessões, em 17 de Mar de 1996.

Deputado **PEDRINHO ABRÃO**  
PTB/GO

ABELARDO LUPION  
ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
AGNALDO TIMOTEO  
ALBERICO CORDEIRO  
ALCESTE ALMEIDA  
ALCIONE ATHAYDE  
ANIBAL GOMES  
ANTONIO AURELIANO  
ANTONIO BALHMANN  
ANTONIO BRASIL  
ANTONIO DO VALLE  
ANTONIO FEIJAO  
ANTONIO KANDIR  
ARACELY DE PAULA  
ARNON BEZERRA  
AROLDO CEDRAZ  
ARTHUR VIRGILIO  
ATILA LINS  
AUGUSTO CARVALHO  
AUGUSTO FARIAS  
AUGUSTO VIVEIROS  
B. SA  
BENEDITO DOMINGOS  
BETINHO ROSADO  
BETO LELIS  
BONIFACIO DE ANDRADA  
CARLOS ALBERTO  
CARLOS MELLES  
CARLOS MOSCONI  
CHICAO BRIGIDO  
CHICO DA PRINCESA  
CLEONANCIO FONSECA  
CONFUCIO MOURA  
CUNHA LIMA  
DARCI COELHO  
DAVI ALVES SILVA  
DELFIN NETTO  
DILSO SPERAFICO  
DOLORES NUNES  
DUILIO PISANESCHI  
EDINHO BEZ  
ELIAS MURAD  
ELTON ROHNELT  
ENIO BACCI

ENIVALDO RIBEIRO  
ERALDO TRINDADE  
EULER RIBEIRO  
EURIPEDES MIRANDA  
EXPEDITO JUNIOR  
FELIX MENDONCA  
FERNANDO GOMES  
FERNANDO GONCALVES  
FERNANDO LYRA  
FERNANDO TORRES  
FRANCISCO DORNELLES  
GENESIO BERNARDINO  
GERSON PERES  
GILVAN FREIRE  
GIOVANNI QUEIROZ  
GONZAGA MOTA  
GONZAGA PATRIOTA  
HELIO ROSAS  
HERCULANO ANGHINETTI  
HERMES PARCIANELLO  
HILARIO COIMBRA  
HUGO LAGRANHA  
HUGO RODRIGUES DA CUNHA  
IBERE FERREIRA  
IBRAHIM ABI-ACKEL  
ILDEMAR KUSSLER  
IVANDRO CUNHA LIMA  
IVO MAINARDI  
JAIR BOLSONARO  
JAIR SIQUEIRA  
JOAO COLACO  
JOAO LEAO  
JOAO MAIA  
JOAO MELLAO NETO  
JOAO MENDES  
JOAO PIZZOLATTI  
JORGE ANDERS  
JOSE BORBA  
JOSE COIMBRA  
JOSE JANENE  
JOSE LINHARES  
JOSE MUCIO MONTEIRO  
JOSE REZENDE  
JOSE ROCHA  
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS

JOSE TUDE  
JOVAIR ARANTES  
LAPROVITA VIEIRA  
LEONEL PAVAN  
LEONIDAS CRISTINO  
LEUR LOMANTO  
LUIS BARBOSA  
LUIZ BRAGA  
LUIZ BUAIZ  
LUIZ CARLOS HAULY  
MAGNO BACELAR  
MANOEL CASTRO  
MARCELO TEIXEIRA  
MARCIA MARINHO  
MARCIO FORTES  
MARCONI PERILLO  
MARCOS LIMA  
MARCOS MEDRADO  
MARIA VALADAO  
MAURICIO CAMPOS  
MAURICIO NAJAR  
MOISES LIPNIK  
MUSSA DEMES  
NAIR XAVIER LOBO  
NAN SOUZA  
NELSON MARQUEZELLI  
NELSON MEURER  
NELSON TRAD  
NESTOR DUARTE  
ODILIO BALBINOTTI  
OSCAR ANDRADE  
OSCAR GOLDONI  
OSMANIO PEREIRA  
OSVALDO BIOLCHI  
PAES DE ANDRADE  
PAES LANDIM  
PAUDERNEY AVELINO  
PAULO BAUER  
PAULO CORDEIRO  
PAULO FEIJO  
PAULO RITZEL  
PAULO TITAN  
PEDRINHO ABRÃO  
PEDRO CANEDO  
PEDRO CORREA

PHILEMON RODRIGUES  
 PIMENTEL GOMES  
 PINHEIRO LANDIM  
 RAIMUNDO SANTOS  
 REGIS DE OLIVEIRA  
 RICARDO HERACLIO  
 RICARDO IZAR  
 ROBERTO CAMPOS  
 ROBERTO JEFFERSON  
 ROBERTO MAGALHAES  
 ROBERTO PAULINO  
 ROBERTO PESSOA  
 ROBERTO VALADAO  
 ROGERIO SILVA  
 ROMMEL FEIJO  
 RONIVON SANTIAGO  
 RUBENS COSAC  
 SALATIEL CARVALHO  
 SALVADOR ZIMBALDI  
 SANDRO MABEL  
 SARAIVA FELIPE  
 SARNEY FILHO

SEBASTIAO MADEIRA  
 SERAFIM VENZON  
 SERGIO BARCELLOS  
 SEVERIANO ALVES  
 SEVERINO CAVALCANTI  
 SILAS BRASILEIRO  
 SILVIO ABREU  
 TALVANE ALBUQUERQUE  
 THEODORICO FERRACO  
 UBALDO CORREA  
 URSICINO QUEIROZ  
 VADAO GOMES  
 VALDENOR GUEDES  
 VANESSA FELIPPE  
 VICENTE CASCIONE  
 VILMAR ROCHA  
 VILSON SANTINI  
 WELSON GASPARINI  
 WERNER WANDERER  
 WIGBERTO TARTUCE  
 ZILA BEZERRA

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....	178	REPETIDAS: 40
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....	19	REPETIDAS: 2
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS.....	2	
TOTAL DE ASSINATURAS.....	241	

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
 COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI "

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 1988

#### TÍTULO II

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I

#### DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

#### TÍTULO VIII

#### DA ORDEM SOCIAL

#### CAPÍTULO VII

## DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

.....  
**Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**Art. 229.** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.  
.....



SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Ofício nº 459/96

Brasília, 12 de junho de 1996.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Pedrinho Abrão e outros, que " Modifica o art. 228 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

178 assinaturas válidas;  
019 assinaturas que não conferem;  
042 assinaturas repetidas; e  
002 assinaturas de Deputados licenciados.

Atenciosamente,

  
EZIO ALMEIDA ANDRADE  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A